

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA INDÍGENA SAKRUIWÊ
XERENTE DA ALDEIA FUNIL NO MUNICÍPIO DE TOCANTINIA – TO**

TEACHING GEOGRAPHY AT THE SAKRUIWÊ XERENTE DA VILLAGE
FUNIL INDIGENOUS SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF TOCANTINIA

Cerynelle Teles Oliveira Ribeiro¹

Elizeu Ribeiro Lira²

Resumo

O presente trabalho objetivou proporcionar informações e reflexões acerca do Território Indígena Funil: o ensino nas escolas indígenas presente na referida aldeia. Os procedimentos metodológicos, quanto aos fins classifica-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo, que buscou-se refletir sobre o território funil e como as escolas na aldeia funcionam. O território indígena Xerente denominado de Funil, localiza-se as margens do Rio Tocantins, pertencente ao município de Tocantinia - TO. O povoado indígena Funil é composto por Akwê de todas as idades, alguns dando continuidade aos aspectos culturais, sociais, tradicionais e religiosos e outros rompendo-os.

Palavras Chaves: Território, Aldeia Funil, Educação, EscolaS Indígenas.

Abstract

The present work aimed to provide information and reflections about the Funil Indigenous Territory: teaching in the indigenous schools present in that village. The methodological procedures, regarding the ends, are classified as a bibliographic and field research, which sought to reflect on the funnel territory and how schools in the village work. The Xerente indigenous territory, called Funil, is located on the banks of the Tocantins River, belonging to the municipality of Tocantinia - TO. The Funil indigenous village is made up of Akwê of all ages, some continuing cultural, social, traditional and religious aspects and others breaking them down.

¹ Graduada em geografia pela UFT, campus de Porto Nacional

² Professor efetivo da graduação e da Pós-graduação em Geografia no campus de Porto Nacional –To, UFT.

Keywords: Territory. Village. Funnel. School. Education. Indigenous people.

Introdução

O presente estudo analisa o ensino de geografia na escola do espaço territorial Funil localizado no município de Tocantínia, região Norte do Estado do Tocantins, onde surgiu o interesse de ampliar os conhecimentos sobre o território indígena, bem como na área de educação, no ensino de geografia.

A aldeia é composta por Akwê³ de todas as idades, alguns fortalecendo a continuidade aos aspectos culturais, sociais, tradicionais e religiosos e outros rompendo-os, partindo desse princípio despertou-se pela busca quanto a identificação e análise de como é o ensino, a educação indígenas e aspectos das escolas da aldeia Funil, e como essas escolas são subsidiadas, através das políticas públicas aplicadas.

O povo Akwê faz parte da população indígena tocantinense que necessita está inserido no contexto bibliográfico, levando assim o conhecimento a quem quer se seja sobre sua existência, quem são, onde estão localizados, e como é desenvolvido a educação na aldeia, o ensino de geografia sob os avanços/conquistas que a mesma vem ocorrendo ao longo do tempo.

Assim, para a realização deste estudo foi necessário planejamento, nesse sentido explanou-se o desenvolvimento de levantamentos bibliográficos acerca de territórios indígenas em livros e artigos, todos esses relevantes ao convívio e pesquisa sobre a aldeia funil e escola, pois é viável que contenha um amparo bibliográfico. Explanando assim sobre o ensino de Geografia na aldeia e escola Sakruiwê.

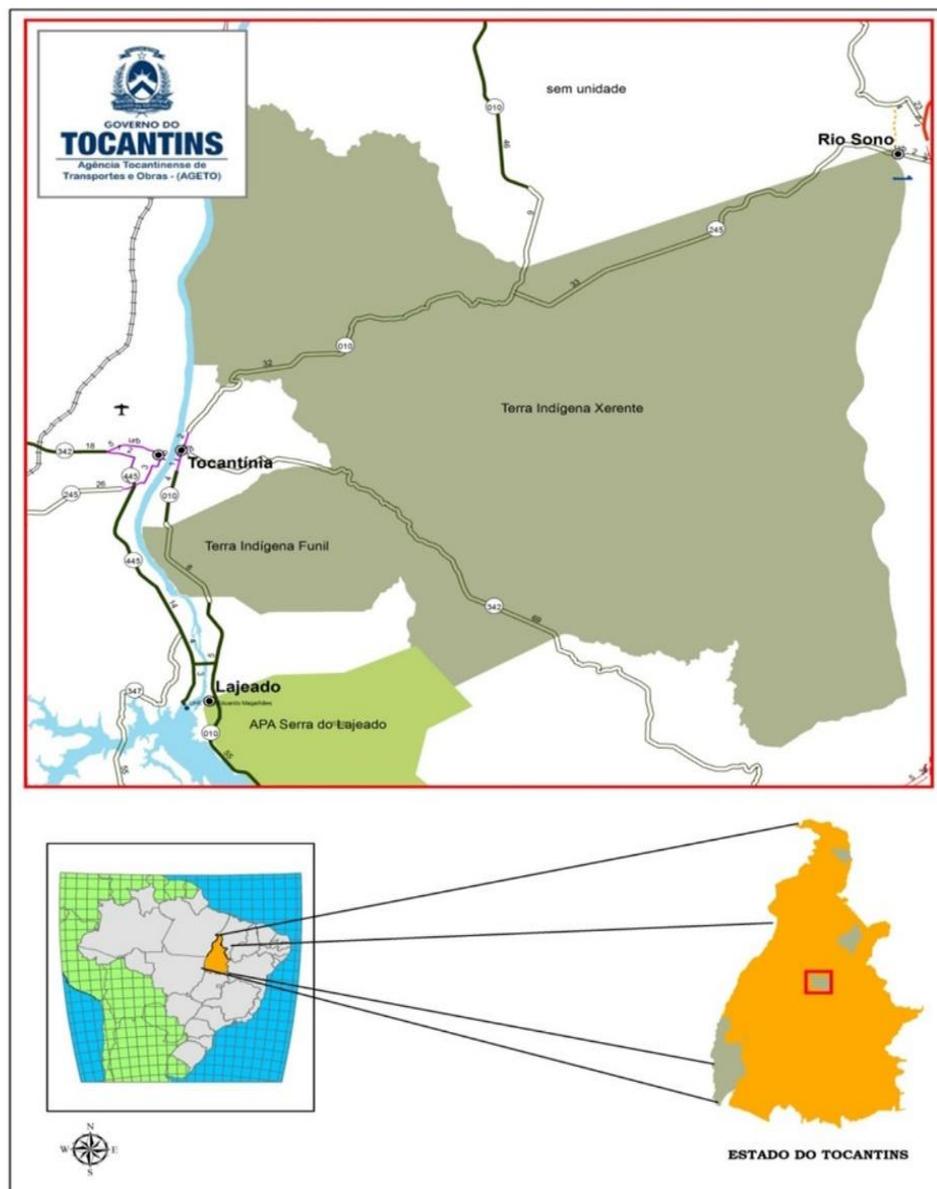
O território Indígena Funil

O território Xerente denominado de funil, localizado as margens do Rio Tocantins, com aproximadamente 70 km da capital Palmas, nas proximidades dos municípios de Miracema -TO, Lajeado -TO e Tocantínia - TO. Segue abaixo o mapa

³Significa índio em português, (Akwê expressão indígena dos povos Xerentes)

1 de localização do território.

Mapa 1 - Localização – Área Indígena Xerente –Funil



Fonte: SEPLAN, 2012.

Os trechos prioritizados para demarcação das aldeias onde podemos caracterizar a localização das escolas são: o entroncamentos da TO – 010, passando pelas Aldeias: Cabeceira Verde, Brejo Comprido, Cabeceira, Recanto, Novo Horizonte e Campo Grande, até o entroncamento com a TO-342, TO-

010,passandopelaponte,Aldeias:Piabanha,Porteira,BelaVista e seguindo rumo ao entroncamento do trecho da Região Pin Xerente, passando também pelos córregos da mata do coco e vão grande, Barra do Gorgulho até o entroncamento com a TO – 010. Colégio CEMIX à Aldeia Cachoeirinha. (SEPLAN, 2012).

Entroncamento da TO – 010, passando pela Aldeia funil, até Boqueirão. Região da Aldeia Brejinho, passando ZeKâ, córrego taquari, córrego formiga e brukoreâkto KA, até a Região Brejão. Colégio CEMIX à Aldeia Nova aliança. (SEPLAN, 2012).

Os Xerentes exploram o grande território através da caça e da coleta, tendo associado a agricultura complementar. Portanto, o território, sempre foi e é ainda a condição básica da subsistência. A atividade de pesca caça e coleta está intimamente ligada da natureza.

O ciclo de atividades da agricultura é dividido em duas estações, a de seca (verão) que vai de maio a setembro e a estação das chuvas (inverno) de outubro a abril. Outro tipo de roça muito utilizada é feito as margens do Rio Tocantins, em um território de cerca de 12 km. Pela escassez de chuva e falta de caça e pesca, os Xerentesvêm complementado sua renda através de artesanato (SEPLAN,2012).

As rodovias vicinais se conectam diretamente com a sede municipal ou através da rede estadual, permitindo assim atender a população rural para suas atividades diversas, também ao transporte escolar de alunos que se deslocam diariamente.

O espaço territorial indígena Funil é composto por 07 (sete) aldeias sendo elas, Funil, Cachoeirinha, Brejo Novo, São Bento, Boa Vida, Aparecida e Boa Fé.

Cabe enfatizar sobre a definição/conceito de território, pois são amplas as definições apresentadas por pesquisadores, no qual Raffestin (1993) aborda quanto a constituição em marcos do entendimento de território, pois o mesmo expõe quanto a existência de dois espaços de poder, o do Estado-nação e o poder das relações.Cabe ainda contextualizar algumas contribuições realizadas por pesquisadores a cerca da definição de território, vejamos:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais,

ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE 1995.p.19, apud LIRA, 2005 p.3)

O autor Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresenta outra vertente sobre o espaço territorial indígena.

É seu espaço geográfico e histórico, com sua cobertura vegetal característica, suas espécies medicinais, suas fontes de matérias-primas, seus frutos, raízes, sua fauna, seus pássaros e peixes, suas cabeceiras, córregos e rios e com seus lugares sagrados, moradas de espíritos e divindades culturais. “É o espaço no qual, durante milênios cada povo indígena ensaiou seus movimentos seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo de vida, enfim, construí sua história”. (OLIVEIRA, 1997. p. 159 apud LIRA, 2005 p.4)

Oliveira (2014) ainda acrescenta o seguinte:

Território indígena é, portanto, um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. Para que o povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também tem diferentes formas de concepção de seu território. Alguns fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta. (OLIVEIRA, 1997. p. 160 *apud* LIRA, 2005 p.4 e 5)

Ainda dentro do viés do espaço território indígena cabe aqui expor as contribuições indígenas realizadas pelo autor Lira (2005), no qual salienta sobre a amplitude relacionada ao espaço territorial indígena.

O território indígena não é formado apenas por manifestação de relações de poder emanado pelo estado sobre um dado espaço, como se apresenta o território capitalista. O território indígena foge dessa concepção, pois ele está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de um povo e seu habitat. Considerando também, que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado. (LIRA, 2005 p.4)

Dentre o espaço territorial das aldeias, enfoca-se a aldeia Funil, pois é a maior em quantidade de habitantes e extensão, possui aproximadamente 78 famílias e aproximadamente 360 habitantes, compreendendo-se que dentro do território Funil é a aldeia de referência, no âmbito do esporte, cultura, lazer, saúde e acessibilidade.

Ao analisar o contexto do Território Indígena Funil, é possível observar que o referido grupo indígena passou nas últimas décadas transformações que ocasionou em mudanças, e a principal delas está relacionada a subsistência humana. A alimentação foi fortemente impactada, pois com a construção da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhaes em Lajeado, provocou e provoca até atualidade um impacto na agricultura.

Diante de todos os desafios enfrentados pela população da aldeia Funil é necessário o fortalecimento da nação, bem como a agilidade do representante, nesse caso representado pelo Cacique, para que possa cobrar junto ao Município, Estado e União à efetivação dos direitos garantidos, considerando que a violação dos direitos vem do próprio representante da nação na busca da agilidade, e solução dos problemas ambientais ocasionadas a comunidade Akwẽ.

Educação Indígena na aldeia Funil

Segundo Cavalcanti (2010), no ensino é preciso considerar a necessidade de reconhecer as vinculações da espacialidade das crianças, de sua cultura, com o

currículo escolar, com os conteúdos das disciplinas, com os conteúdos da Geográfica, com o cotidiano da sala de aula e de todo o espaço escolar.

No que tange às escolas indígenas, consideramos que o aspecto mais inovador da legislação é o reconhecimento de que os indígenas possuem “processos próprios de aprendizagem” que precisam ser levados em conta pela escola. (TASSINARI, 2009, p. 104).

Conforme a LDB (Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) já garante à educação indígena de direito.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

A Educação é um direito garantido constitucionalmente, percebe-se que ocorreram muitas transformações no território indígena, épocas atrás o acesso a educação era ruim, com o passar dos anos houve a mudança a acessibilidade a educação a todos desde ao ensino fundamental I ao ensino médio, inserido a Educação de Jovens e Adultos – EJA, e ensino médio técnico em enfermagem e informática.

Leivaset *al* (2014) aborda que a legislação escolar indigenista após a constituição federal de 1988, na Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16 de abril de 1991, “expressa claramente o direito dos indígenas a uma educação de qualidade, laica, diferenciada, bilíngue, com conteúdo curriculares e material didático adequados e com o funcionamento de escolas indígenas no interior das áreas indígenas”. Além disso, ela retira da Funai a atribuição de coordenar as ações da educação indígena no País, que são transferidas ao Ministério da Educação.

A escola Sakruiwê(Foto 1) encontra-se dentro do próprio território indígena Xerente, é garantido o transporte escolar. Muitos alunos residem longe da escola, vão sem ao menos ter se alimentado direito, confiando na alimentação que a escola fornece.

Foto 1 - Vista parcial da escola Indígena Sakruiwê, localizada na Aldeia Indígena Funil.



Fonte: RIBEIRO 2017.

A Escola Estadual Indígena Sakruiwê está localizada na terra indígena Funil no município de Tocantinia – TO, possui turmas de 1ª a 5ª anos - anos iniciais, EJA primeira Seguimento e EJA Segundo Seguimento e Ensino Fundamental.

Conforme informações oferecidas pela Escola, as modalidades funcionam da seguinte forma: 1º AO 5º ANOS: 01º e 2º anos - multisseriado no período do Matutino; 3º e 4º anos -multisseriado no período do vespertino; 5º ano uma turma no período do vespertino; EJA – Primeiro Seguimento: Multisseriado 2º, 3º, 4º,5º anos no período do Noturno; EJA - Segundo Seguimento:6º e 7º anos multisseriado no período do Noturno.8º e 9º anos Multisseriado no Período do Noturno.

No ano de 2020 correspondeu de 01 a 5 anos na Escola um total de 38 alunos. Na EJA a Escola possuiu 62 alunos no total 100 alunos. Quanto a questão administrativa a Escola possui 01 diretor, 1 coordenador pedagógico, 6 professores indígenas e 1 professora não indígena.

Atualmente, em tempos de pandemia as aulas são sendo remotas, entregando as atividades nas casas dos alunos. Todo mês é entregues e recolhidas as atividades remotas para todas as turmas. Os alimentos da merenda escolar são entregues às famílias dos alunos.

Há outras escolas no território indígena, dentre elas: As aldeias Cachoeirinha, Boa Fé e São Bento possui escola na modalidade fundamental I, até o 4º ano (Foto 2), encontram-se dentro do próprio território indígena Xerente, na qual é garantido o transporte escolar.

Foto 2 - Vista parcial da Escola Indígena KbarêWdêhu, Aldeia Indígena Boa Fé.



Fonte: RIBEIRO 2017.

É importante destacar a educação como opção de agregar conhecimento aos indígenas, conforme os moradores, a educação é obrigatória até o ensino fundamental, ou seja, depois disso os pais e os alunos vão decidir juntos, se querem continuar estudando. Muitos costumam reforçar e mostrar a importância de continuar estudando, com isso a grande maioria dos jovens vão para a cidade de Tocantins.

Sobre a questão de infraestrutura das escolas, Melo(2010) afirma que “existiam até a primeira década desse século, 40 escolas nas aldeias para atender os moradores, na área indígena Xerente, sendo escolas com as mais variadas estruturas, desde um pequeno cômodo cercado e coberto por palha até construções que se assemelham às

das escolas das cidades”, e conforme os anos e investimento por parte do governo houveram mudanças significativas.

O acesso à internet na área Indígena Xerente vem de uma enorme colaboração das escolas, pois mesmo com todas as aldeias possuindo eletricidade, o uso da internet pelos Akwẽ ainda é restrito.

Oliveira Junior (2018), aborda que “é perceptível que a escola tem um papel fundamental no processo de inclusão digital nas aldeias”. Além de ser um espaço de ensino-aprendizagem, o ambiente educacional se configura ainda como um espaço de convívio social utilizado pelos Akwẽ, que proporciona atividades culturais e sociais propostas pela escola ou pela própria comunidade. (OLIVEIRA, 2018, p. 65)

É preciso ressaltar que por mais que prevaleça nas unidades escolares indígenas as mesmas formas de ensinar das escolas não indígenas, os professores e a própria comunidade Akwẽ tem a preocupação de incluir na metodologia de ensino os ensinamentos dos anciãos e anciãs, que vão desde os cânticos, discursos, mitos e outras práticas culturais.

A educação tem como objetivo a interação social e cultural, oportunizando as mais diversas formas de expressão e a construção do conhecimento. O conhecimento é adquirido com base no progresso social, pois os homens, à medida que o tempo passa, procuram aperfeiçoamentos graduais para poderem estar atualizados com a realidade e conseqüentemente aptos para instruir as pessoas com os fatos vivenciados no dia a dia.

A educação como um fator social pode ser considerada como um instrumento que possibilita a qualificação e o entendimento para lidar com os fatos reais que cada vez se tornam presentes em nossas vidas: a violência, o aumento do índice de pobreza, as drogas, entre outros.

“A escola é, nessa linha de entendimento, um lugar de encontro de culturas, de saberes, de saberes científicos e de saberes cotidianos, ainda que o seu trabalho tenha como referência básica os saberes científicos. A escola lida com culturas, seja no interior da sala de aula, seja nos demais espaços escolares, e a geografia escolar é uma das mediações pelas quais o encontro e o confronto entre culturas acontecem” (CAVALCANTI, 2012. p.45)

Considerações Finais

É perceptível que a escola tem um papel fundamental no processo de formação cidadã do indígena. Além de ser um espaço de ensino-aprendizagem, o ambiente educacional se configura ainda como um espaço de convívio social utilizado pelos Akwê. Nesse sentido é fundamental que a nação indígena Akwê procure meios que visa garantir um bom aprendizado, em vista do fortalecimento das tradições na qual se configura em seus territórios.

A população Akwê luta para preservar o que a natureza lhe deu, enquanto o não indígena só pensa em destruir, com a finalidade de obter-se lucros para si. Desde a antiguidade que esse povo tira o sustento da terra, nesta perceptiva a população Akwê tem se preocupado em manter o território preservado e em fornecer instrumentos as crianças para que elas aproveitem o que a terra lhes dá e assim, não precisem buscar outros meios de sobrevivência que os desliguem ou os afastem do contato com a aldeia.

Cabe mencionar que o aspecto social envolve o aspecto social, cultural e tradicional, é necessário manter a cultura viva. É importante que toda a comunidade Akwê continue suas tradições e tenha o estudo como oportunidade de crescimento e valores, para que assim busque meios de manter a sustentabilidade da cosmologia Akwê.

É necessário ainda o fortalecimento da transmissão da língua dos pais para os filhos, o uso da língua no dia a dia, no núcleo familiar, na escola e em todas as práticas culturais.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 12/01/2021

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 45 – 47.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A GEOGRAFIA E A REALIDADE ESCOLAR CONTEMPORÂNEA: AVANÇOS, CAMINHOS, ALTERNATIVAS. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA -NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/ NURBA –vol. 6, n.2, 2020

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file> Acesso em 13 de novembro 2019.

LEIVAS, Paulo G. C; RIOS, Roger R; SCHÄFER, Gilberto. Educação escolar indígena no direito brasileiro: do paradigma integracionista ao paradigma do direito a uma educação diferenciada. Revista da AJURIS – v. 41 – n. 136 – Dezembro 2014. Disponível em: <http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/366> Acesso em 15/02/2021

LIRA, Elizeu Ribeiro. A Geografia, o Território Capitalista e o Território Indígena. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, novembro de 2005.

MELO, Valéria M. C. Diversidade, Meio Ambiente e Educação: uma reflexão a partir da sociedade Xerente. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – PPGCiamb/ Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010. Disponível em <http://www.uft.edu.br/neai/file/diss_valeria.pdf>. Acesso em 09/01/2021

OLIVEIRA, Ariovaldo Umelino de, e outros. Território em conflito, Terra e Poder-Goiania: Kelps, 2014

OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio J. M de. @kwê-xerente: A ressignificação das tradições culturais e o protagonismo indígena no facebook. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Palmas, TO, 130p. 2018. Disponível em:<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1147> Acesso em: 15/01/2021

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Editora Ática, São Paulo, 1993.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DO TOCANTINS (SEPLAN). Atlas do Tocantins – Subsídios ao Planejamento da Gestão Territorial. Palmas, 2012.

TASSINARI, Antonella M. I. GOBBI, Izabel. Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas. Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 95-112, jan./abr. 2009 educação. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao> Acesso em 20/02/2021.